



ESAF  
Escola de Administração Fazendária

Controladoria-Geral da União

Concurso Público - 2006

Gabarito

**3**

**Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE**

**Prova P.2**

**Área: CORREIÇÃO**

Nome: \_\_\_\_\_ N. de Inscrição \_\_\_\_\_

### Instruções

- 1- Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2- Verifique se o **Número do Gabarito**, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova cujo número do gabarito seja igual ao constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS.**
- 3- O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 4- Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:  
*“O bom humor espalha mais felicidade do que todas as riquezas do mundo.”*
- 5- DURAÇÃO DA PROVA: **3 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 6- Na prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 7- No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar seus limites.
- 8- Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 9- Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 10- Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 11- Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
- 12- Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.

**Boa prova!**

Escola de Administração Fazendária  
Rodovia BR 251 Km 04 - Brasília-DF  
www.esaf.fazenda.gov.br

## ÉTICA PÚBLICA

01- De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto n. 1.171, de 22.6.1994 "o servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal". Esse enunciado expressa

- a) o princípio da legalidade na Administração Pública.
- b) a regra da discricionariedade dos atos administrativos.
- c) que todo ato legal é também justo.
- d) a impossibilidade de um ato administrativo, praticado de acordo com a lei, ser impugnado sob o aspecto da moralidade.
- e) um valor ético destinado a orientar a prática dos atos administrativos.

02- O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto n. 1.171, de 22.6.1994, exalta alguns valores que devem ser observados no exercício da função pública, a saber:

- I. verdade, como um direito do cidadão, ainda que contrária aos seus interesses ou da Administração.
- II. dignidade, que deve estar refletida em comportamentos e atitudes direcionados à preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.
- III. moralidade, representada pelo equilíbrio entre a legalidade e a finalidade do ato.
- IV. decoro, que deve ser mantido pelo servidor não apenas no local de trabalho, mas, também, fora dele.
- V. cortesia, boa vontade e respeito pelo cidadão que paga os seus tributos.

Estão corretas

- a) apenas as afirmativas I, II, III e V.
- b) apenas as afirmativas II, III, IV e V.
- c) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- d) apenas as afirmativas I, III, IV e V.
- e) apenas as afirmativas III, IV e V.

03- De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto n. 1.171, de 22.6.1994, é vedado ao servidor público:

- I. receber gratificação financeira para o cumprimento de sua missão.
- II. ser sócio de empresa que explore jogos de azar não-autorizados.
- III. informar, a um seu amigo de muitos anos, do conhecimento que teve, em razão das funções, de uma minuta de medida provisória que, quando publicada, afetará substancialmente as aplicações financeiras desse amigo.
- IV. permitir que simpatias ou antipatias interfiram no trato com o público.
- V. ser, em função do seu espírito de solidariedade, conivente com seu colega de trabalho que cometeu infração de natureza ética.

Estão corretas:

- a) apenas as afirmativas I, II, III, e V.
- b) apenas as afirmativas I, II, IV e V
- c) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- d) apenas as afirmativas I, II e V.
- e) apenas as afirmativas I e II.

04- De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto n. 1.171, de 22.6.1994, são deveres fundamentais do servidor público:

- I. abster-se de exercer as prerrogativas funcionais do cargo de forma contrária aos legítimos interesses dos usuários do serviço público.
- II. quando estiver diante de mais de uma opção, escolher aquela que melhor atenda aos interesses do governo.
- III. exigir de seus superiores hierárquicos as providências cabíveis relativas a ato ou fato contrário ao interesse público que tenha levado ao conhecimento deles.
- IV. facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito.
- V. materializar os princípios éticos mediante a adequada prestação dos serviços públicos.

Estão corretas

- a) apenas as afirmativas I, IV e V.
- b) apenas as afirmativas I, III, IV e V
- c) apenas as afirmativas I, II, IV e V.
- d) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- e) apenas as afirmativas I e IV.

05-As comissões de ética previstas no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto n. 1.171, de 22.6.1994:

- I. devem orientar os servidores do respectivo órgão ou entidade sobre a ética no serviço público.
- II. podem instaurar, de ofício ou mediante representação, processo destinado a apurar infração de natureza ética, cometida por servidor do órgão ou entidade a que pertençam.
- III. podem conhecer de consulta formulada por jurisdicionado administrativo, sobre determinado assunto cuja análise seja recomendável para resguardar o exercício da função pública.
- IV. devem informar aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros relativos às infrações de natureza ética apuradas.
- V. têm competência para aplicar a pena de censura ao faltoso.

Estão corretas

- a) apenas as afirmativas I, II, III, e V.
- b) apenas as afirmativas I, II, IV e V
- c) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- d) apenas as afirmativas I, II e V.
- e) apenas as afirmativas II e III.

06- A autoridade submetida ao Código de Conduta da Alta Administração Federal, após deixar o cargo, não pode:

- I. representar interesse, perante órgão da Administração Pública Federal, de pessoa física ou jurídica com quem tenha tido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores ao término do exercício da função.
- II. atuar em benefício de associação de classe, em processo ou negócio do qual tenha participado, em razão do cargo.
- III. intervir, em benefício ou em nome de pessoa física, junto a órgão ou entidade da Administração Pública Federal com quem tenha tido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores à exoneração.
- IV. aceitar cargo de administrador de pessoa jurídica com a qual tenha tido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores ao término do exercício da função
- V. participar de conselho de administração de empresa da qual a União seja acionista majoritária.

Estão corretas

- a) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- b) apenas as afirmativas II, III, IV e V.
- c) apenas as afirmativas I, II, IV e V.
- d) apenas as afirmativas I, II, III e IV.
- e) apenas as afirmativas I, II, III e V.

07-Estão subordinados ao Código de Conduta Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto n. 1.171, de 22.6.1994:

- I. os empregados das empresas públicas federais.
- II. os empregados das empresas privadas que prestam serviços aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal mediante contrato de prestação de serviços (serviços terceirizados, tais como segurança, limpeza, etc.).
- III. os que prestam serviço de natureza temporária na Administração Pública federal direta, sem remuneração.
- IV. os servidores do Poder Legislativo.
- V. os servidores do Poder Judiciário.

Estão corretas

- a) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- b) apenas as afirmativas I, IV e V.
- c) nenhuma das afirmativas está correta.
- d) apenas as afirmativas I e III.
- e) apenas as afirmativas I, II e III.

08-Um servidor público titular de cargo efetivo, ao ser exonerado de cargo em comissão incluído entre os que devem observar período de impedimento para o exercício de outras atividades (quarentena):

- I. pode optar por retornar ao cargo efetivo, se não houver conflito de interesses.
- II. se retornar ao cargo efetivo, fará jus à remuneração desse cargo, acrescida da remuneração do cargo em comissão, durante o período de quatro meses.
- III. poderá dispor, durante o período de impedimento, dos bens e pessoal que estavam à sua disposição quando ocupava o cargo em comissão.
- IV. caso se aposente, durante o período de impedimento, faz jus aos proventos da aposentadoria, acrescidos da remuneração compensatória, pelo período que restou dos quatro meses.
- V. se for nomeado para outro cargo em comissão, cessa o direito à remuneração compensatória.

Estão corretas

- a) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- b) apenas as afirmativas I, IV e V.
- c) apenas as afirmativas I, II e IV.
- d) apenas as afirmativas II, III e V.
- e) apenas as afirmativas I, II, III e IV.

09- A quarentena estabelecida na Medida Provisória n. 2.225-45 tem por finalidade

- a) evitar o uso de informação privilegiada.
- b) manter o vínculo do agente público com a Administração Pública.
- c) conceder tratamento privilegiado a alguns cargos de natureza política.
- d) apenas as afirmativas I, IV e V.
- e) proporcionar a busca de uma nova atividade, sem influência política.

10- A autoridade submetida ao Código de Conduta da Alta Administração, durante o exercício do cargo, não pode:

- I. realizar investimento em bens cujo valor possa ser afetado por decisão governamental a respeito da qual tenha informação privilegiada.
- II. gerir os próprios bens cujo valor possa ser afetado por decisão própria, do órgão ou do setor de atuação.
- III. prestar assessoria a empresa do setor de sua atuação.
- IV. exercer encargo de mandatário, mesmo que não remunerado e não implique a prática de atos de comércio ou quaisquer outros incompatíveis com o exercício do cargo.
- V. participar de congresso, com despesas pagas pelo promotor do evento, se este tiver interesse em decisão a ser tomada pela autoridade participante.

Estão corretas

- a) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- b) apenas as afirmativas II, III, IV e V.
- c) apenas as afirmativas I, II, IV e V.
- d) apenas as afirmativas I, II, III e IV.
- e) apenas as afirmativas I, II, III e V.

## CORREIÇÃO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL

11- Nos termos do Decreto n. 5.480, de 30 de junho de 2005, o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal deve utilizar, na atividade de apuração de irregularidades, os seguintes instrumentos:

- a) as comissões de sindicância e as comissões de inquérito.
- b) a sindicância, o processo administrativo disciplinar, o contraditório e a ampla defesa.
- c) a investigação preliminar, a inspeção, a sindicância, o processo administrativo geral e o processo administrativo disciplinar.
- d) a Comissão de Coordenação de Correição e as comissões setoriais de correição junto aos Ministérios.
- e) as comissões de sindicância, as comissões de inquérito e as comissões setoriais de correição junto aos Ministérios.

12- Em face do que dispõem a Lei n. 10.683, de 28.5.2003, e o Decreto n. 5.480, de 30 de junho de 2005, a Controladoria-Geral da União:

- I. é o Órgão Central do Sistema de Correição.
- II. tem competência para propor medidas que visem a inibir, a reprimir e a diminuir a prática de faltas ou irregularidades cometidas por servidores contra o patrimônio público.
- III. pode instaurar ou avocar, a qualquer tempo, processos administrativos e sindicâncias, fundada em razões de conveniência e oportunidade administrativas.
- IV. pode avocar processo administrativo em curso perante empresa pública federal, desde que relacionado a lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público.
- V. pode requisitar servidor para compor comissão disciplinar, assegurando-lhe o direito de não ser removido, de ofício, pelo prazo de dois anos.

Estão corretas

- a) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- b) apenas as afirmativas I, II e IV.
- c) apenas as afirmativas I, II, III e V.
- d) apenas as afirmativas I, II, IV e V.
- e) apenas as afirmativas II, III, IV e V.

13- O processo administrativo disciplinar previsto na Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990:

- I. será nulo se não for julgado no prazo de cento e vinte dias, contados da data do ato que constituir a comissão de inquérito.
- II. deve observar o contraditório e a ampla defesa, o que não impede o presidente da comissão de inquérito indeferir os pedidos de produção de prova considerados impertinentes.
- III. será nulo se não for acompanhado por advogado.
- IV. segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o excesso de prazo não pode ser alegado como fator de nulidade, mormente se não restar comprovada qualquer lesão a direito do servidor.
- V. deve ser conduzido por comissão composta de três servidores estáveis, designados pela autoridade competente, os quais devem ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

Estão corretas

- a) apenas as afirmativas I, II, III e V
- b) apenas as afirmativas II, III, IV e V.
- c) apenas as afirmativas I e V.
- d) apenas as afirmativas I, II e V.
- e) apenas as afirmativas II e IV.

14- Um servidor público federal, regido pela Lei n. 8.112/90, praticou um ato que configura infração disciplinar punível com a pena de demissão. Esse mesmo ato está previsto no Código Penal como crime contra a Administração Pública e, na Lei n. 8.429/92, como ato de improbidade administrativa. Ele foi condenado na esfera penal mas, nas esferas cível e administrativa ainda não houve qualquer decisão. Nessa hipótese,

- a) não há impedimento para que seja punido, também, nas esferas cível e administrativa, em face da independência das instâncias.
- b) a sanção penal impede a sanção por improbidade administrativa porque ambas têm a mesma natureza e finalidade.
- c) poderá ser punido administrativamente, mas, não, por ato de improbidade administrativa.
- d) não poderá ser punido nas esferas cível e administrativa porque ninguém pode ser punido mais de uma vez pelo mesmo fato.
- e) somente poderá ser punido por ato de improbidade administrativa se tiver ocorrido dano ao erário.

15- Em relação aos servidores regidos pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pode-se afirmar que:

- I. a ação disciplinar, em caso de abandono de cargo, prescreve em dois anos.
- II. o termo inicial do prazo prescricional da ação disciplinar é a data do cometimento da falta funcional.
- III. os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crimes.
- IV. a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição.
- V. durante o curso do processo disciplinar, o prazo prescricional fica suspenso, recomeçando a correr, pelo tempo restante, a partir do dia em que a comissão de inquérito apresentar o seu relatório final.

Estão corretas

- a) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- b) apenas as afirmativas II, III e IV.
- c) apenas as afirmativas II, III e V.
- d) apenas as afirmativas III e IV.
- e) apenas as afirmativas II, IV e V.

16- Sobre a responsabilidade do servidor público é correto afirmar que:

- I. nos casos em que a Fazenda Pública for condenada a indenizar terceiro, por ato de servidor público no exercício da função, assiste-lhe o direito de regresso contra o responsável, desde que o mesmo tenha agido com dolo ou culpa.
- II. a obrigação de reparar o dano causado ao erário estende-se aos sucessores do servidor e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- III. na falta de bens que assegurem a execução do débito pela via judicial, a indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário poderá ser liquidada mediante desconto em folha de pagamento, em parcelas cujo valor não exceda dez por cento da remuneração ou provento.
- IV. a absolvição criminal, por falta de prova, afasta a responsabilidade administrativa.
- V. a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a licença para trato de interesses particulares não interrompe o vínculo existente entre o servidor e a Administração, razão por que pode haver responsabilização por inobservância de dever que lhe imponha a legislação e os princípios da Administração Pública.

Estão corretas

- a) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- b) apenas as afirmativas I, II, III e IV.
- c) apenas as afirmativas I, II e III.
- d) apenas as afirmativas I, II, III e V.
- e) apenas as afirmativas II, III e IV.

17- Sindicância e processo administrativo disciplinar são, tecnicamente, instrumentos distintos, sendo certo que:

- I. da sindicância não pode resultar aplicação de penalidade de suspensão por mais de trinta dias.
- II. a sindicância pode ser iniciada com ou sem sindicato enquanto o processo administrativo disciplinar exige a identificação do servidor cuja responsabilidade se pretende apurar.
- III. da sindicância pode resultar a instauração de processo disciplinar.
- IV. o prazo para conclusão da sindicância é de trinta dias, prorrogável por igual período, enquanto o prazo para conclusão do processo disciplinar é de sessenta dias, também prorrogável por igual período.
- V. a sindicância não exige a constituição de comissão sindicante enquanto o processo administrativo disciplinar exige, para sua validade, a constituição de comissão de inquérito.

Estão corretas

- a) apenas as afirmativas II, III e IV.
- b) apenas as afirmativas I, III, IV e V.
- c) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- d) apenas as afirmativas I, II, III e IV.
- e) apenas as afirmativas III e IV.

18- O pessoal admitido para emprego público na Administração federal direta, autárquica e fundacional, na forma regulada pela Lei n. 9.962, de 22 de fevereiro de 2000:

- I. terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- II. está dispensado de submeter-se a prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- III. não pode ter sua remuneração fixada em convenção coletiva de trabalho.
- IV. pode ser demitido, por ato unilateral da Administração, na hipótese de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.
- V. está submetido ao regime disciplinar estabelecido na Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Estão corretas

- a) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- b) apenas as afirmativas I, IV e V.
- c) apenas as afirmativas II, IV e V.
- d) apenas as afirmativas I, III e IV.
- e) apenas as afirmativas I, II e IV.

19- Os empregados das denominadas empresas estatais (empresas públicas e sociedades de economia mista):

- I. estão subordinados aos princípios constitucionais da legalidade, moralidade e eficiência.
- II. estão submetidos aos ditames da Lei da Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429, de 2.6.1992).
- III. são regidos por regime jurídico próprio das empresas privadas, razão por que não se lhes aplica a Lei da Improbidade Administrativa.
- IV. são equiparados a funcionários públicos, para fins de responsabilidade penal por crime contra a administração pública.
- V. não estão proibidos de acumular, de forma remunerada, qualquer outro cargo público.

Estão corretas

- a) apenas as afirmativas I, II e IV.
- b) apenas as afirmativas I, III e IV.
- c) apenas as afirmativas II, IV e V.
- d) apenas as afirmativas I, III, IV e V.
- e) apenas as afirmativas I, II e V.

20- Constitui justa causa para a rescisão de contrato de trabalho de empregado de sociedade de economia mista:

- I. o recebimento de vantagem indevida qualificada como suborno.
- II. a utilização de atestado médico falso, para justificar falta ao serviço.
- III. violação de segredo da empresa.
- IV. apropriar-se de recursos da empresa.
- V. ofensa física praticada no serviço, salvo em caso de legítima defesa.

Estão corretas

- a) apenas as afirmativas II, IV e V.
- b) apenas as afirmativas I, III, IV e V.
- c) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- d) apenas as afirmativas I, IV e V.
- e) apenas as afirmativas I, III e IV.

21-É impedido de atuar em processo administrativo o servidor:

- I. que esteja demandando judicialmente, juntamente com o interessado, contra um terceiro.
- II. cuja decisão afete interesse de sua esposa.
- III. que tenha interesse direto na matéria.
- IV. que seja inimigo da parte interessada.
- V. que tenha relação de amizade com a parte interessada.

Estão corretas

- a) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- b) apenas as afirmativas II e III.
- c) apenas as afirmativas III, IV e V.
- d) apenas as afirmativas I, III e IV.
- e) apenas as afirmativas I, III, IV e V.

22- Configura ato de improbidade administrativa no exercício da função pública:

- I. o servidor adquirir bens cujo montante seja incompatível com a sua renda se não conseguir comprovar a origem lícita dos mesmos.
- II. o funcionário do Ministério da Saúde que, fora do horário normal de expediente, presta serviços de informática a uma empresa que não é fornecedora de bens ou serviços para esse Ministério.
- III. o servidor do setor de fiscalização de uma agência reguladora que, nos períodos de férias, presta consultoria para empresa da área de regulação dessa agência.
- IV. o servidor que, por negligência, atesta a realização de serviço que não foi realizado.
- V. o chefe do setor de compras que recebe passagem aérea e estadia em hotel, pagas por um fornecedor interessado em fazer demonstração de novos produtos.

Estão corretas

- a) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- b) apenas as afirmativas I, IV e V.
- c) apenas as afirmativas II, IV e V.
- d) apenas as afirmativas I, III, IV e V.
- e) apenas as afirmativas I, III e V.

23-Sobre a Lei da Improbidade Administrativa é correto afirmar:

- I. as sanções nela previstas aplicam-se, também, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade.
- II. a indisponibilidade dos bens, para fins de garantir o ressarcimento do dano, pode ser requerida antes de transitar em julgado a sentença condenatória.
- III. reputa-se agente público a pessoa que exercer um cargo público, ainda que sem remuneração.
- IV. o Ministério Público deve ser informado da existência de procedimento administrativo instaurado para apurar a prática de ato de improbidade, antes mesmo da sua conclusão.
- V. havendo fundados indícios de enriquecimento ilícito, pode ser requerido o seqüestro dos bens do beneficiário, antes mesmo de concluído o procedimento administrativo.

Estão corretas

- a) apenas as afirmativas I, II, IV e V.
- b) apenas as afirmativas I, II, III e IV.
- c) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- d) apenas as afirmativas II, III, IV e V.
- e) apenas as afirmativas I, II, III e V.

24- A sindicância patrimonial prevista no Decreto n. 5.483, de 30 de junho de 2005:

- I. tem por finalidade verificar a compatibilidade da evolução patrimonial do agente público com os recursos e disponibilidades que compõem o seu patrimônio.
- II. deve ser conduzida por comissão composta por dois ou mais servidores ou empregados efetivos de órgãos ou entidades da Administração Federal.
- III. é da competência exclusiva da Controladoria-Geral da União.
- IV. é o instrumento adequado para imposição de penalidade ao agente público que se enriquecer ilicitamente no exercício da função.
- V. pode ser instaurada a partir de fundada notícia de enriquecimento ilícito.

Estão corretas

- a) apenas as afirmativas I, II e V.
- b) apenas as afirmativas I, II, III e IV.
- c) apenas as afirmativas I, II, IV e V.
- d) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- e) apenas as afirmativas III, IV e V.

25- As sanções previstas na Lei da Improbidade Administrativa:

- I. dependem, para aplicação, da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
- II. não se aplicam, se as contas do responsável tiverem sido aprovadas pelo Tribunal de Contas.
- III. prescrevem em cinco anos, contados da data da prática do ato, nos casos de agente público que não seja titular de cargo ou emprego efetivo.
- IV. prescrevem em cinco anos, contados da data da prática do ato, em qualquer hipótese.
- V. podem ser graduadas pelo juiz, em face da extensão do dano ou do proveito patrimonial obtido pelo agente.

Assinale a opção correta.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa V está correta.
- c) Estão corretas apenas as afirmativas III, IV e V.
- d) Estão corretas apenas as afirmativas I e V.
- e) Todas as afirmativas estão erradas.

26- Um hospital público federal pretende comprar um equipamento de exame clínico, necessário às suas atividades. Ocorre que esse equipamento é fabricado no exterior, não tem similar nacional, e, apenas uma empresa representa, no Brasil, com exclusividade, o fabricante. Nessa hipótese, o hospital

- a) está obrigado a realizar licitação para compra do equipamento.
- b) pode realizar a compra, sem licitação, por se tratar de caso de dispensa de licitação.
- c) deve solicitar uma autorização especial ao Tribunal de Contas da União para realizar a aquisição.
- d) não pode comprar o equipamento em face da impossibilidade de competição.
- e) pode realizar a compra, sem licitação, por se tratar de caso de inexigibilidade de licitação.

27- Em face da Lei de Licitações (Lei n. 8.666, de 1993, e respectivas alterações), é correto afirmar:

- I. a licitação do tipo *técnica e preço* deve ser utilizada, exclusivamente, para a contratação de serviços de natureza predominantemente intelectual.
- II. em caso de calamidade pública, a aquisição de bens, com dispensa de licitação, é limitada ao necessário para atendimento da situação calamitosa.
- III. instituição brasileira de pesquisa pode ser contratada com dispensa de licitação, desde que detenha inquestionável reputação ético-profissional, não tenha fins lucrativos e o objeto contratado seja efetivamente relacionado à pesquisa.
- IV. a contratação de profissional de notória especialização, para fins de restauração de obra de arte, configura hipótese de inexigibilidade de licitação.

V. a contratação de serviços de publicidade e divulgação se inclui entre as hipóteses de inexigibilidade de licitação.

Estão corretas

- a) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- b) apenas as afirmativas II, III, IV e V.
- c) apenas as afirmativas I, II, IV e V.
- d) apenas as afirmativas I, II, III e IV.
- e) apenas as afirmativas I, II, III e V.

28- A quebra do sigilo das operações ativas e passivas das instituições financeiras pode ser decretada, quando necessária para apuração de qualquer ilícito, especialmente nos seguintes casos de crime:

- I. contra o sistema financeiro nacional.
- II. contra a Administração Pública.
- III. enriquecimento ilícito
- IV. praticado por organização criminosa.
- V. lavagem de dinheiro.

Estão corretas

- a) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- b) apenas as afirmativas I, II, III e IV.
- c) apenas as afirmativas I, II, III e V.
- d) apenas as afirmativas II, III, IV e V.
- e) apenas as afirmativas I, II, IV e V.

29- Compete ao Tribunal de Contas da União:

- I. julgar as contas dos dirigentes das sociedades de economia mista de cujo capital a União participe.
- II. fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital a União participe.
- III. aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade da despesa, as sanções cabíveis.
- IV. fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, repassados aos mesmos.
- V. assinar prazo para que o órgão adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, em caso de ilegalidade.

Estão corretas

- a) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- b) apenas as afirmativas I, II, III e V.
- c) apenas as afirmativas I, II, IV e V.
- d) apenas as afirmativas II, III, IV e V.
- e) apenas as afirmativas I, II, III e IV.

30- Compete ao Ministério Público:

- I. promover a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social.
- II. promover a ação civil de indenização por danos morais, em favor de funcionário público ofendido no exercício da função.
- III. requisitar a instauração de inquérito policial, destinado a apurar crime contra o patrimônio público.
- IV. promover a ação penal, em caso de crime contra a Administração Pública.
- V. promover a ação civil por ato de improbidade administrativa.

Estão corretas

- a) apenas as afirmativas I, III, IV e V.
- b) apenas as afirmativas I, II, III e IV.
- c) apenas as afirmativas I, II, IV e V.
- d) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- e) apenas as afirmativas I, II, III e V.

#### FUNDAMENTOS DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE PÚBLICA

31- Entre as características do orçamento-programa, há uma opção falsa. Aponte-a.

- a) Orçamento é o instrumento de ligação entre o planejamento e as funções executivas da organização.
- b) As decisões orçamentárias são tomadas com base em avaliações e análises técnicas das alternativas possíveis.
- c) Há utilização sistemática de indicadores e padrões de medição do trabalho e dos resultados.
- d) Na elaboração do orçamento, são considerados todos os custos do programa, inclusive os que extrapolam o exercício.
- e) O principal critério de classificação é o institucional.

32- No que diz respeito aos conceitos de Orçamento Público e princípios orçamentários, assinale a única opção falsa.

- a) O orçamento tradicional ou clássico é o processo de elaboração do orçamento constituído de um único documento, no qual se previam as receitas e a autorização por tipo de gasto, sem qualquer definição do programa e dos objetivos de governo.
- b) Os princípios orçamentários estão definidos na Lei n. 4.320/64 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) O orçamento-programa elaborado de forma correta constitui eficaz instrumento de planejamento e programação, gerência e administração, controle e avaliação.
- d) O orçamento-programa apresenta uma série de diferenças do orçamento tradicional, que enfoca o que se pretende gastar.
- e) No Brasil, a origem do orçamento está ligada ao

surgimento do governo representativo.

33- Na classificação da despesa pública segundo a natureza, no Brasil, um Grupo de Natureza da Despesa agrega os elementos de despesa com a mesma característica quanto ao objeto de gasto. Identifique qual despesa não pertence a esse grupo.

- a) Pessoal e encargos sociais.
- b) Inversões financeiras.
- c) Investimentos.
- d) Amortização de empréstimos.
- e) Juros e encargos da dívida.

34- A Receita Patrimonial é uma receita decorrente da fruição do patrimônio imobiliário e mobiliário do Ente Público. Identifique a definição incorreta relativa à subdivisão da Receita Patrimonial.

- a) Laudêmos são receitas decorrentes da transferência do domínio útil do imóvel da União de um foreiro a outro, aplicados nos casos de sucessão hereditária.
- b) Aluguéis são receitas originárias que resultam da atuação do Estado sob o regime de direito privado na exploração de atividade econômica.
- c) Dividendos são receitas provenientes de resultados nas empresas públicas ou não, regidas pela regulamentação observada pelas sociedades anônimas, cuja destinação legal é amortização da dívida pública federal.
- d) Receitas imobiliárias são receitas provenientes da utilização do patrimônio imobiliário do Ente Público, na forma de locação, aforamento ou cessão de uso.
- e) Remuneração de depósitos bancários é uma receita proveniente da aplicação das disponibilidades financeiras dos recursos gerenciados pelos diversos órgãos públicos, autorizados por lei.

35- A despesa orçamentária será efetivada por meio do cumprimento de estágios. Com relação aos estágios da despesa pública, identifique a opção incorreta.

- a) A liquidação é o estágio que consiste na verificação do direito do credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- b) É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.
- c) O empenho global é destinado a atender a despesa de valor não quantificável durante o exercício.
- d) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.
- e) O pagamento representa a fase final do processo de despesa pública e somente poderá ser efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

- 36-A Portaria n. 42/1999 atualizou a discriminação da despesa por Funções e Subfunções de Governo. Assim, indique qual é a opção correta com relação ao conteúdo da referida portaria.
- Nos balanços e nas leis orçamentárias, as ações serão identificadas em termos de função, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais.
  - As operações especiais são despesas que não contribuem para a manutenção das ações do Governo, mas geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços.
  - O programa é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um projeto.
  - A função visa a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.
  - A Função Indústria tem como subfunção a Subfunção Turismo.
- 37- A Lei Complementar n. 101- Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada em maio de 2000, é uma importante ferramenta gerencial a serviço da administração pública. Com relação a essa lei não se pode afirmar que
- cria um sistema de controle institucional múltiplo, que permite que todos os poderes estejam sujeitos igualmente ao cumprimento de regras e à fiscalização.
  - a LRF determina que receitas, despesas e disponibilidades da previdência sejam agrupadas às contas do Tesouro Público, permitindo o financiamento dos estados e municípios com recursos da Previdência Social.
  - a LRF resgatou o orçamento público como peça de planejamento e controle.
  - a LRF determina o corte linear de despesas, caso os resultados fiscais se distanciem das metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
  - na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a LRF inovou ao introduzir o Anexo de Metas Fiscais, para três anos, contendo metas para receita e despesa, resultado primário e nominal e dívida pública.
- 38- Uma instituição pública realizou os seguintes gastos durante determinado exercício: aquisição de veículos no montante de 75 mil, construção de calçadas em via pública no montante de 180 mil, pagamento de despesa com pessoal no montante de 200 mil e aquisição de terreno para construção de edifício sede no montante de 50 mil. Assinale a opção que indica o montante do acréscimo ocorrido no patrimônio da entidade no exercício.
- 50 mil
  - 75 mil
  - 505 mil
  - 305 mil
  - 125 mil
- 39- Segundo o que dispõe o art. 85 da Lei n. 4.320/64, os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem, exceto,
- evidenciar a arrecadação tributária líquida.
  - acompanhar a execução orçamentária.
  - análise e interpretação dos resultados econômicos.
  - o conhecimento da composição do patrimônio.
  - determinar os custos dos serviços industriais.
- 40- A respeito da contabilidade orçamentária e financeira a Lei n. 4.320/64 determina, exceto que
- o registro contábil da receita será realizado de acordo com as especificações da Lei Orçamentária Anual.
  - os depósitos de terceiros não integram a dívida fluante.
  - as operações não compreendidas na execução orçamentária que resultem débitos ou créditos de natureza financeira serão também objeto de registro contábil.
  - os débitos de tesouraria integram a dívida fluante.
  - deve ser evidenciado o montante dos créditos orçamentários vigentes.
- 41- A respeito do *Balanco Orçamentário* é correto afirmar, exceto que
- evidencia o resultado patrimonial da entidade.
  - o confronto da receita realizada com a despesa realizada demonstra o resultado orçamentário.
  - a receita e a despesa são apresentadas por categoria econômica.
  - apresenta a receita prevista e a despesa fixada.
  - não evidencia o fluxo financeiro da entidade no exercício.

42- O Sistema de Administração Financeira Federal de que trata o Decreto n. 3.590/2000 compreende as seguintes atividades, exceto:

- a) garantias e obrigações de responsabilidade do Tesouro Nacional.
- b) administração de direitos e haveres.
- c) controle e acompanhamento dos gastos do ente público.
- d) programação financeira da União.
- e) orientação técnico-normativa referente à execução orçamentária e financeira.

43- A respeito das regras para a escrituração e consolidação das contas públicas estabelecidas pela Lei Complementar n. 101/2000 – LRF é correto afirmar, exceto que

- a) as demonstrações contábeis do setor público alcançam inclusive as empresas dependentes.
- b) as disponibilidades de caixa devem ser escrituradas de tal forma que os recursos vinculados a fundo, órgão ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.
- c) o fluxo financeiro deverá ser registrado pelo regime de competência.
- d) a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.
- e) nas demonstrações conjuntas as operações intragovernamentais devem ser excluídas.

44- Em um *Balanço Financeiro* em que nos ingressos extraorçamentários consta a rubrica *Restos a Pagar* com valores diferentes de zero, é correto afirmar que a rubrica demonstra

- a) o montante de recursos recebidos para o pagamento de *Restos a Pagar* no exercício.
- b) os *Restos a Pagar não-processados* inscritos no exercício.
- c) o montante de *Restos a Pagar* pagos no exercício.
- d) o montante de *Restos a Pagar* inscritos no exercício.
- e) o montante de *Restos a Pagar* cancelados no exercício.

45- Assinale a opção correta, segundo a regulamentação vigente, a respeito da guarda e arquivamento dos documentos relativos aos registros contábeis dos atos da receita e da despesa.

- a) Encerrado o mês contábil, podem ser incinerados uma vez que todos os registros encontram-se gravados eletronicamente no Siafi.
- b) Não há a necessidade de arquivamento de documentos visto que os documentos eletrônicos são considerados oficiais.
- c) Devem ser mantidos à disposição dos órgãos de controle por dois anos, caso os registros sejam feitos eletronicamente.
- d) Depois de encerradas as contas e enviadas ao Tribunal de Contas da União, podem ser incinerados.
- e) Devem ser mantidos à disposição dos órgãos de controle por cinco anos a contar da data de julgamento das contas dos responsáveis pelo Tribunal de Contas da União.

---

#### FUNDAMENTOS DE AUDITORIA

46- Visando a avaliar os procedimentos adotados pelos Contadores e firmas de Auditoria que exercem a atividade de Auditoria Independente, com vistas a assegurar a qualidade dos trabalhos desenvolvidos, foi instituído(a) pelo Conselho Federal de Contabilidade

- a) o Programa de Educação Profissional Continuada.
- b) o Exame Nacional de Qualificação Técnica.
- c) o Cadastro Nacional de Auditores Independentes.
- d) a Revisão Externa de Qualidade pelos Pares.
- e) a Supervisão e Controle de Qualidade Externa.

47- Em uma Auditoria Independente, a perda de independência pode-se dar pela ocorrência dos seguintes fatos, exceto:

- a) recebimento dos honorários devidos pelos serviços de auditoria prestados à entidade auditada.
- b) relacionamentos comerciais com a entidade auditada.
- c) relacionamentos familiares e pessoais com a entidade auditada.
- d) operações de créditos e garantias com a entidade auditada.
- e) atuação como administrador ou diretor de entidade auditada.

48- Assinale, entre as opções abaixo, aquela que – à luz da interpretação do Conselho Federal de Contabilidade – não é caracterizada como fraude.

- a) Interpretação incorreta das normas contábeis.
- b) Supressão ou omissão de transações nos registros contábeis.
- c) Manipulação, falsificação ou alteração de registros ou documentos, de modo a modificar os registros de ativos, passivos ou resultados.
- d) Registro de transações sem comprovação.
- e) Aplicação de práticas contábeis indevidas.

49- Acerca da responsabilização de Auditor, no desempenho de suas funções, assinale a opção correta.

- a) O Auditor Interno não pode ser responsabilizado.
- b) A omissão de informações nos pareceres de auditoria, ainda que dolosa, não pode gerar responsabilização.
- c) A ocorrência de informação incorreta no parecer do Auditor, mesmo que gere prejuízos à entidade auditada ou a terceiros, não enseja responsabilidade.
- d) Tendo se valido adequadamente das técnicas de auditoria, o Auditor Externo não pode ser responsabilizado pela ocorrência de fraudes e erros não detectados em seus trabalhos.
- e) A utilização de serviços contábeis de um Auditor Interno pelo Auditor Independente isenta este último de qualquer responsabilidade sobre os resultados dos trabalhos.

50- Caracterizam-se como objetivos do Planejamento da Auditoria, exceto:

- a) identificar a legislação e os normativos aplicáveis à entidade.
- b) propor alterações na estrutura da entidade auditada.
- c) estimar os prazos necessários para a realização dos trabalhos.
- d) identificar os problemas potenciais da entidade.
- e) definir a forma de divisão de tarefas entre os membros da equipe de auditoria.

51- Consideram-se exemplos de transações e eventos subsequentes, havidos entre a data de término do exercício social e até após a data da divulgação das demonstrações contábeis, exceto

- a) o aporte de novos recursos, inclusive como aumento de capital.
- b) as operações rotineiras de compra-e-venda.
- c) a destruição de estoques ou estabelecimento em decorrência de sinistro.
- d) a alteração do controle societário.
- e) a compra de nova subsidiária ou de participação adicional relevante em investimento anterior.

52- Por risco de auditoria entende-se

- a) a possibilidade de o auditor não conseguir concluir seus trabalhos.
- b) o índice percentual associado à soma ponderada dos índices de risco inerente, de detecção e de amostragem.
- c) a possibilidade de que o resultado da auditoria induza o auditor a concluir pela existência de irregularidades em virtude de falhas nos procedimentos de auditoria.
- d) a amplitude associada à não-cobertura das ações da empresa auditada pelos controles contábeis adotados.
- e) a possibilidade de o auditor emitir uma opinião tecnicamente inadequada sobre demonstrações contábeis significativamente incorretas.

53- Os papéis de trabalho são o conjunto de documentos e apontamentos com informações e provas coligidas pelo auditor e que constituem a evidência do trabalho executado e o fundamento de sua opinião. Indique, entre as seguintes afirmativas, aquela que não se aplica aos papéis de trabalho.

- a) Devem ser conservados em boa guarda pelo período de cinco anos a partir da data da emissão do parecer a que serviram de fundamento.
- b) Devem conter informações relativas ao planejamento da auditoria.
- c) Quando podem ser utilizados por mais de um período, são classificados como 'permanentes'.
- d) Arquivos mantidos em meios ópticos ou magnéticos não podem ser classificados como papéis de trabalho.
- e) Podem ser padronizados ou não.

54- Nos trabalhos de auditoria, o método da amostragem é aplicado como forma de viabilizar a realização de ações de controle em situações onde o objeto-alvo da ação se apresenta em grandes quantidades e/ou se apresenta de forma muito pulverizada. Acerca da aplicação do método de amostragem em auditoria, assinale a opção incorreta.

- a) Entre os aspectos a serem considerados estão o tamanho da amostra e a população-objeto da amostra.
- b) Achados de auditoria obtidos por meio de amostragem não-estatística não têm valor na composição dos pareceres.
- c) Por erro tolerável entende-se o erro máximo que o auditor estaria disposto a aceitar e, ainda assim, concluir que se possa atingir o objetivo dos trabalhos.
- d) Por risco de amostragem entende-se da possibilidade de que a conclusão do auditor, tomando por base uma amostra, possa ser diferente da conclusão que seria alcançada se o procedimento de auditoria tivesse sido aplicado de forma censitária.
- e) Por estratificação entende-se a separação da população-objeto em classes.

55- A Revisão Analítica vale-se da análise do comportamento de valores significativos por meio de índices, relações, valores absolutos ou outros meios que permitam avaliar variações atípicas ou anormais. Considerando o relacionamento direto entre valores de contas ou grupos de contas contábeis que possuam elevado grau de vinculação, assinale a opção em cujas contas ou grupo de contas se verifica o menor grau de interdependência esperado para fins de Revisão Analítica.

- a) Despesas Financeiras e Empréstimos a Pagar.
- b) Despesas com Salários e Encargos Sociais.
- c) Estoques e Custo das Mercadorias Vendidas.
- d) Compras e Fornecedores a Pagar.
- e) Conta Capital e Ativo Diferido.

56- Uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controle da entidade, deve ser classificada como

- a) contingência ativa.
- b) obrigação não formalizada.
- c) provisão.
- d) contingência passiva.
- e) fato gerador.

57- Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade, o Parecer emitido pelos Auditores Independentes pode receber as seguintes classificações, exceto, o

- a) parecer sem ressalva.
- b) parecer com ressalva.
- c) parecer adverso.
- d) parecer com abstenção de opinião por limitação na extensão.
- e) parecer contrário.

58- Quando o Auditor Independente verificar a existência de efeitos que, isolada ou conjuntamente, forem de tal relevância que comprometam o conjunto das demonstrações contábeis, deve emitir parecer

- a) sem ressalva.
- b) com abstenção de opinião por limitação na extensão.
- c) adverso.
- d) com ressalva.
- e) com abstenção de opinião por incertezas.

59- Nos termos da NBC-T-12, as informações que fundamentam os resultados da auditoria interna e que devem, por isso mesmo, ser suficientes, fidedignas, relevantes e úteis, de modo a fornecerem uma base sólida para as conclusões e recomendações, são denominadas

- a) *accountability*.
- b) base contábil.
- c) evidências.
- d) informes contábeis.
- e) dados relevantes.

60- Preencha a lacuna com a expressão adequada.

A \_\_\_\_\_ compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

- a) Auditoria Interna.
- b) Auditoria Governamental.
- c) Técnica de amostragem em Auditoria.
- d) Auditoria Independente.
- e) Auditoria Externa.







Escola de Administração Fazendária

[www.esaf.fazenda.gov.br](http://www.esaf.fazenda.gov.br)